



Aviso legal

A finalidade deste documento é exclusivamente informativa e não pretende prestar um serviço de assessoria financeira ou a oferta de venda, troca, aquisição ou convite para adquirir qualquer classe de valores mobiliários, produto ou serviços financeiros da CaixaBank Payments & Consumer, E.F.C., E.P. S.A. (Sociedade Unipessoal) (doravante, CaixaBank Payments & Consumer ou "a Entidade") e/ou da CaixaBank, S.A. ou de qualquer outra das sociedades do Grupo CaixaBank. A informação contida neste documento está sujeita e deve ser tratada como um complemento de todas as restantes informações publicamente disponíveis. A informação refere-se à CaixaBank Payments & Consumer, E.F.C., E.P. S.A. (Sociedade Unipessoal). Quando os dados ou informações se referirem ao Grupo CaixaBank (CaixaBank e as suas sociedades dependentes), tal será explicitado (Grupo CaixaBank ou Grupo).

Este documento pode conter declarações sobre previsões e estimativas relativas a negócios e rentabilidades futuras, especialmente no que se refere à informação financeira e extrafinanceira relativa à CaixaBank Payments & Consumer ou ao Grupo CaixaBank (tais como objetivos de desempenho em matéria ambiental, social ou de governança "ESG"), que foram elaboradas fundamentalmente com base em estimativas realizadas pela Entidade. Deve ter-se em conta que estas estimativas representam as nossas expectativas relativamente à evolução da nossa atividade e, como tal, podem existir diversos riscos, incertezas e outros fatores relevantes que podem fazer com que o nosso desempenho seja materialmente diferente das nossas expectativas. Estes fatores, entre outros, referem-se à situação do mercado, fatores macroeconómicos, diretivas regulamentares e governamentais, aos movimentos nos mercados bolsistas nacionais e internacionais, taxas de câmbio e taxas de juro, às alterações na posição financeira dos nossos clientes, devedores ou contrapartes, etc., bem como à nossa capacidade para satisfazer as expectativas ou obrigações em matéria ESG, que poderão depender em grande medida de atuações de terceiros, tais como os nossos objetivos de descarbonização, etc. Estes elementos, juntamente com os fatores de risco indicados em relatórios passados ou futuros, poderão afetar adversamente o nosso negócio e o seu desempenho. Outras variáveis desconhecidas ou imprevisíveis, ou em relação às quais exista incerteza sobre a sua evolução e/ou os seus potenciais impactos, podem fazer com que os resultados difiram materialmente daqueles descritos nas previsões e estimativas.

As demonstrações financeiras passadas e as taxas de crescimento anteriores não devem ser interpretadas como uma garantia da evolução, dos resultados futuros ou do desempenho e preço da ação (incluindo o lucro por ação). Nenhum conteúdo deste documento deve ser considerado como uma previsão de resultados ou de lucros futuros. Adicionalmente,

deve ter-se em conta que este documento foi preparado a partir dos registos contabilísticos mantidos pela CaixaBank Payments & Consumer de acordo com os princípios e critérios seguidos pelas sociedades do Grupo CaixaBank.

A demonstração de resultados, o balanço consolidado e os diferentes detalhes dos mesmos que constam deste relatório são apresentados com critérios de gestão, embora tenham sido elaborados de acordo com a Circular 4/2019 do Banco de Espanha, de 26 de novembro. Já a informação referente ao Grupo CaixaBank foi elaborada de acordo com as NIIF (Normas Internacionais de Relato Financeiro) adotadas pela União Europeia através de Regulamentos Comunitários, em conformidade com o Regulamento 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, e alterações posteriores.

Adverte-se expressamente que este documento contém dados fornecidos por terceiros, considerados fontes de informação geralmente fiáveis, embora a sua exatidão não tenha sido verificada. Relativamente aos dados fornecidos por terceiros, nem a CaixaBank Payments & Consumer nem qualquer um dos seus administradores, diretores ou funcionários, garante ou assegura, seja explícita ou implicitamente, que estes conteúdos sejam exatos, precisos, íntegros ou completos, nem está obrigado a mantê-los devidamente atualizados, nem a corrigi-los no caso de detetar alguma falta, erro ou omissão. De igual modo, na reprodução destes conteúdos por qualquer meio, a CaixaBank Payments & Consumer poderá introduzir as modificações que considere oportunas, podendo omitir parcial ou totalmente qualquer um dos elementos desta apresentação, não assumindo qualquer responsabilidade em caso de discrepância com esta versão. O exposto nesta declaração deve ser tido em conta por todas as pessoas ou entidades que possam ter de adotar decisões ou elaborar ou difundir opiniões relativas à CaixaBank Payments & Consumer e/ou ao Grupo CaixaBank.

Em particular, chama-se a atenção para o facto de este documento conter informações financeiras não auditadas.

Adicionalmente à informação financeira elaborada em conformidade com os regulamentos aplicáveis, este documento inclui certas Medidas Alternativas de Desempenho (MAD), também conhecidas por *Alternative Performance Measures* (APM), conforme definidas nas Diretrizes sobre Medidas Alternativas de Desempenho publicadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados a 5 de outubro de 2015 (ESMA/2015/1415) ("as Diretrizes ESMA"), que não foram auditadas, para contribuir para uma melhor compreensão da evolução financeira da Entidade. Estas medidas

devem ser consideradas como informação adicional, pelo que não substituem, de forma alguma, a informação financeira elaborada ao abrigo das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("NIIF"), também conhecidas por *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"). Para além disso, a forma como o Grupo CaixaBank define e calcula estas medidas pode diferir de medidas semelhantes calculadas por outras empresas, pelo que podem não ser comparáveis. O detalhe das Medidas Alternativas de Rendimento utilizadas, bem como a reconciliação de alguns indicadores de gestão com os indicadores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as NIIF, podem ser consultados na secção "Glossário" do documento.

O conteúdo deste documento é regulado pela legislação espanhola aplicável no momento da sua elaboração, e não se dirige a qualquer pessoa singular ou coletiva localizada em qualquer outra jurisdição. Por este motivo, não cumpre necessariamente com a regulação ou com os requisitos legais aplicáveis noutras jurisdições.

Sem prejuízo dos requisitos legais ou de qualquer limitação imposta pela CaixaBank Payments & Consumer que possa ser aplicável, proíbe-se expressamente qualquer modalidade de utilização ou exploração dos conteúdos deste documento, bem como a utilização dos símbolos, marcas e logótipos nele contidos. Esta proibição estende-se a qualquer tipo de reprodução, distribuição, cedência a terceiros, comunicação pública e transformação, através de qualquer tipo de suporte ou meio, com finalidades comerciais, sem autorização prévia e expressa da CaixaBank Payments & Consumer e/ou dos outros respetivos proprietários da apresentação. Nestes casos, o incumprimento desta restrição pode constituir uma infração punível por lei.

Os valores são apresentados em milhares de euros, a menos que se indique explicitamente a utilização de outra unidade monetária.

Índice

1. A nossa identidade

- 1.1 Estrutura acionista
- 1.2 Governança corporativa
- 1.3 Modelo de negócio

2. Gestão do risco

3. Ambiente

4. Estratégia

5. Resultados e informação financeira

6. Informação não financeira

Glossário – Informação financeira

O presente Relatório de Gestão foi elaborado de acordo com o Código Comercial espanhol e o Decreto Real Legislativo 1/2012, de 2 de julho, relativo às Sociedades de Capital. A informação não financeira correspondente à CaixaBank Payments & Consumer, E.F.C., E.P. S.A. (Sociedade Unipessoal) está incluída no Relatório de Gestão Consolidado do Grupo CaixaBank, que se encontra disponível juntamente com as Contas Anuais Consolidadas do Grupo CaixaBank para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e que será arquivado na Conservatória do Registo Comercial de Valência.

Na elaboração deste documento, teve-se em consideração o *Guia de Elaboração do Relatório de Gestão de Entidades Cotadas da CNMV*.

Desde 1 de janeiro de 2026 até à data de elaboração do presente relatório, não se registaram acontecimentos significativos na evolução da Entidade que não sejam mencionados no presente documento ou nas contas anuais anexas.

1. A nossa identidade



A CaixaBank Payments & Consumer, sociedade 100% detida pelo CaixaBank, é líder em financiamento ao consumo e meios de pagamento em Espanha.

Oferece novas metodologias de pagamento e soluções financeiras inovadoras, sendo desta forma líder do sector bancário.

A sua casa-mãe, CaixaBank, S.A., é um grupo financeiro com um modelo de banca universal socialmente responsável e com uma visão de longo prazo, assente na qualidade, na proximidade e na especialização.



Impacto na Sociedade

A CaixaBank Payments & Consumer, a partir da sua responsabilidade social, capacita pessoas e negócios para que alcancem as suas metas, cocriando soluções de pagamento e financiamento integrais, disruptivas e com vocação internacional.

Fazemo-lo permanecendo:

- Próximos dos nossos clientes e Parceiros para tudo o que importa.

Fazemo-lo com:

- Aconselhamento especializado com soluções personalizadas.
- Estratégia omnicanal.
- Métodos de pagamento inovadores, cómodos e seguros.
- Crédito concedido de maneira responsável.
- Preservando a segurança dos dados pessoais dos nossos clientes.

Contribuímos para o progresso da sociedade

- Canalizando a poupança e o financiamento de forma eficiente e prudente e garantindo um sistema de pagamentos eficiente e seguro.
- Através da inclusão e educação financeira; da sustentabilidade ambiental; do apoio à diversidade; com programas de ajuda à habitação; ou promovendo o voluntariado empresarial.
- E, naturalmente, através da nossa colaboração com os Projetos Sociais da Fundação "la Caixa", cujo orçamento é parcialmente alimentado pelos dividendos que o CriteríaCaixa recebe da sua participação no CaixaBank. Uma parte significativa deste orçamento é canalizada para necessidades locais identificadas pela rede de agências do CaixaBank em Espanha e do BPI em Portugal.



1.1 Estrutura acionista

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da CaixaBank Payments & Consumer é representado por 148.686 ações de 909 euros de valor nominal cada, pertencentes a uma única classe e série, com idênticos direitos de voto e dividendos, e representadas por registos contabilísticos. A CaixaBank, S.A. é o Acionista Único da Sociedade.



A compra e venda de ações próprias pela Sociedade será efetuada nos termos da legislação em vigor e das deliberações do Acionista Único da Sociedade.

A CaixaBank Payments & Consumer não adquiriu ações próprias durante o ano de 2025. A totalidade das ações da CaixaBank Payments & Consumer é detida pelo Acionista Único, o CaixaBank, S.A.

Ao fecho do exercício de 2025, a CaixaBank Payments & Consumer detém 128 958 ações do CaixaBank, S.A. (51 051 em 2024), no montante de 749,0 milhares de euros (208,2 milhares de euros em 2024). Durante o exercício de 2025, adquiriu 124 020 ações da CaixaBank, S.A. no valor de 808,0 milhares de euros e entregou 46.113 ações no valor de 267,3 milhares de euros. Estas ações destinam-se à remuneração dos dirigentes da Entidade.

A informação sobre a aquisição e alienação de ações próprias e ações da empresa-mãe durante o exercício está incluída na Nota 21 "Capital Próprio" das Contas consolidadas do Grupo CaixaBank.

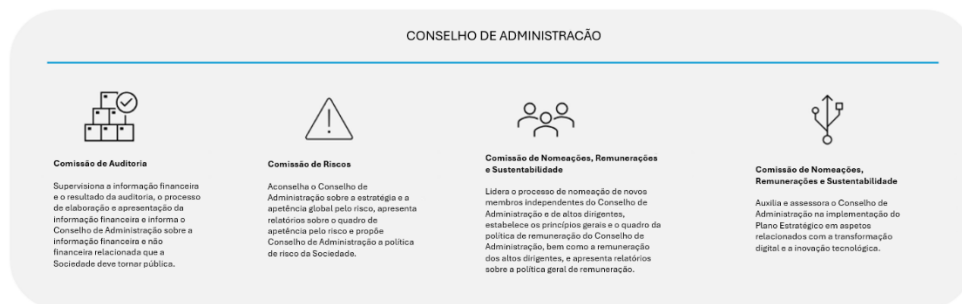


1.2 Governança Corporativa

Uma Governança Corporativa sólida permite às empresas **manter um processo de tomada de decisões eficiente e metódico**, pois incorpora clareza na atribuição de funções e responsabilidades e, ao mesmo tempo, favorece uma correta gestão dos riscos e um controlo interno eficiente, o que favorece a transparência e limita o aparecimento de eventuais conflitos de interesses. Tudo isto promove a excelência da gestão, o que se traduz num maior valor para a empresa e, consequentemente, para os *stakeholders*.

De acordo com o nosso compromisso com a nossa missão e visão, a integração de Boas Práticas de Governança Corporativa na nossa atividade é necessária e constitui uma prioridade estratégica para conseguirmos uma empresa bem gerida e sermos reconhecidos por isso.

Estrutura da Governança Corporativa



Alterações na composição do Conselho de Administração

Desde a data de elaboração das Contas Anuais individuais do exercício de 2024, verificaram-se as seguintes alterações: foi nomeado como novo administrador Justo Gómez López, e os administradores Gonzalo Gortázar Rotaeché, Jose Manuel Gabeiras Vázquez e Jaume Masana Ribalta cessaram funções no Conselho de Administração da CaixaBank Payments & Consumer. A composição do Conselho de Administração da Sociedade à data de elaboração destas contas anuais é a seguinte:

Composição do Conselho de Administração

Composição do Conselho de Administração

- Sra. Maria Vicens Cuyás (Presidente)
- Sr. Jordi Nicolau Aymar (Administrador Delegado)
- Sra. Rita Almela Conesa
- Sr. Matthias Bulach
- Sr. Alfredo García-Valdés Yrizar
- Sr. Justo Gómez López
- Sra. Laura González-Stéfani Ramiro
- Sra. Sarah Marie Harmon
- Sra. Laura Juanes Micas
- Sr. Jesús Moreira Goicochea
- Sr. Susana Voces Gómez
- Sr. Pedro Zarraluqui Arvizu (Secretário não administrador)
- Sra. Mireia Agelet Cusiné (Vice-secretária não administradora)

1.3 Modelo de negócio

CaixaBank Payments & Consumer é a empresa líder em financiamento ao consumo e meios de pagamento em Espanha. Foi criada em 2019 como resultado da fusão da CaixaBank Payments e do CaixaBank Consumer Finance e engloba até 20 filiais especializadas em financiamento ao consumo e meios de pagamento.

É uma empresa com elevado potencial de crescimento e vocação internacional que, desde o mesmo ano da sua criação, está também presente em Portugal.

A missão da empresa está centrada no desenvolvimento de soluções para oferecer a melhor experiência de pagamento e facilitar o financiamento de projetos de clientes, de forma simples, ágil e responsável, através de canais próprios e acordos com grandes distribuidores comerciais.

Tudo isto, capacitando as pessoas e as empresas para que consigam atingir os seus objetivos, cocriando soluções integrais e disruptivas de pagamento e financiamento com vocação internacional e, sempre, baseadas na responsabilidade social.

A empresa, juntamente com as filiais do grupo, gere um crédito vivo de 13.176 milhões de euros e é a entidade líder em pagamentos com cartão, com 38,1 milhões de unidades comercializadas no mercado ibérico e uma quota de faturação de 31,0% em compras e de 30,3% através de POS em estabelecimentos comerciais. De salientar a percentagem de 40% de pagamentos móveis no canal CaixaBank. A atividade da CaixaBank Payments & Consumer contribui para a CaixaBank com aproximadamente 2 % do lucro líquido do Grupo.

Promove uma cultura centrada nas pessoas: talento, agilidade e responsabilidade. Por um lado, posiciona-se como uma referência nestes domínios e implementando as metodologias de trabalho necessárias. Por outro lado, procura também implementar medidas que favoreçam a atração e retenção de talento, identificando posições-chave para o futuro e levando a cabo um plano de formação específico em competências informáticas/digitais.



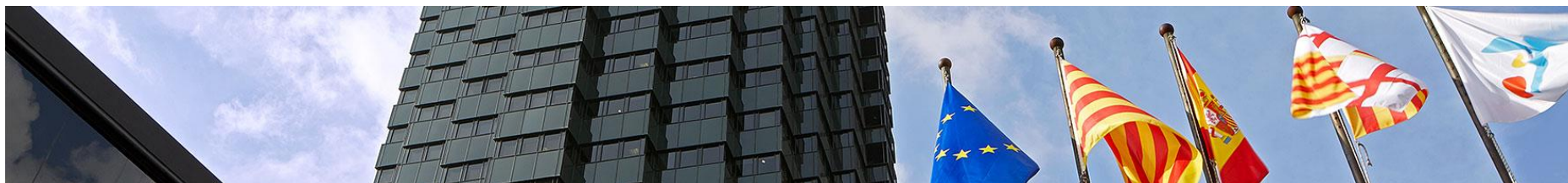
2. Gestão do risco

Modelo de Gestão do Risco

*O Conselho de Administração, a Gestão de Topo e o Grupo no seu conjunto estão fortemente **empenhados na gestão do risco.***

A CaixaBank Payments & Consumer tem como objetivo manter um perfil de risco médio-baixo, com um nível de capital confortável e métricas de liquidez folgadas, em consonância com o seu modelo de negócio e com a apetência pelo risco definido pelo Conselho de Administração.

O Grupo conta, como parte do quadro de controlo interno e de acordo com a **Política corporativa de gestão global do risco**, com um quadro de gestão do risco que lhe permite tomar decisões informadas sobre a assunção de riscos, consistentes com o perfil de risco alvo e o nível de apetência definido pelo Conselho de Administração. Este quadro é composto pelos seguintes elementos:



01. Governança e organização

É desenvolvido através de políticas, regras e procedimentos internos que asseguram uma supervisão adequada pelos órgãos sociais e comités, bem como pela experiência da equipa humana.

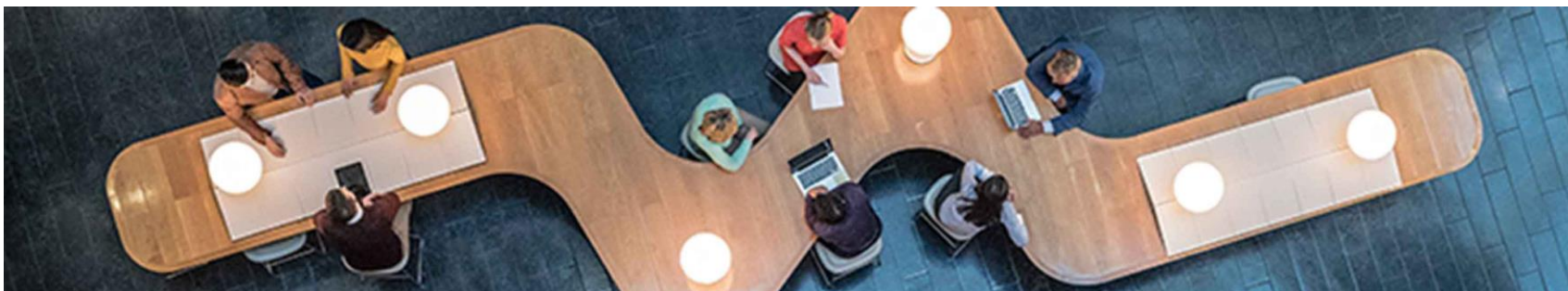
02. Processos estratégicos de risco para identificar, medir, monitorizar, controlar e comunicar os riscos:

- **Identificação e avaliação de riscos. Risk Assessment:** exercício anual de autoavaliação do perfil de risco do Grupo. O seu objetivo é identificar os riscos materiais, avaliando a situação e a evolução do risco inerente, bem como a sua gestão e controlo, e identificar os **riscos emergentes** e os principais **eventos de risco** que, pelo seu potencial impacto a médio prazo, devem ser objeto de um acompanhamento específico.

- **Taxonomia e definição de riscos. Catálogo de Riscos:** lista e descrição dos riscos materiais identificados pelo processo de *Risk Assessment*, com revisão anual. Facilita o seguimento e reporte interno e externo dos riscos e proporciona coerência em todo o Grupo.

03. Cultura de riscos

A **cultura de risco** é articulada através da formação, da comunicação e da avaliação e remuneração do desempenho dos colaboradores, entre outros.



3. Ambiente

Ambiente económico

Desempenho global e na Zona Euro

Resiliência económica global num ano marcado pela incerteza geopolítica e pelas tensões tarifárias.

O ano de 2025 foi marcado por uma elevada incerteza geopolítica e económica, acentuada pelo aumento global substancial dos direitos aduaneiros aplicado pela administração dos EUA. Embora a assinatura de diversos acordos comerciais na segunda metade do ano tenha ajudado a clarificar o panorama, o novo cenário caracteriza-se por taxas significativamente superiores aos níveis anteriores a 2025 e pela persistência de alguma incerteza quanto ao seu impacto macroeconómico. Em qualquer caso, os riscos geopolíticos, além das tarifas, continuarão a marcar o novo ano, especialmente no que diz respeito às implicações da política externa norte-americana e ao eclodir do conflito no Médio Oriente.

Apesar deste contexto adverso, a economia internacional demonstrou uma resiliência notável. Estima-se que o PIB mundial tenha conseguido registar em 2025 um crescimento próximo dos 3,3% de 2024, apoiado na concretização de acordos alfandegários que evitaram cenários extremos, na flexibilização monetária e no impulso derivado de um dólar mais fraco para a maioria das economias emergentes.

Por trás desta resiliência da economia global, o desempenho por região foi dispar. Nos EUA, a atividade desacelerou menos do que esperado e, graças ao apoio fundamental dos investimentos em IA e à robustez do consumo privado, o PIB conseguiu crescer 2,2%. A China conseguiu superar as

persistentes dificuldades do sector imobiliário e a debilidade da procura interna, mantendo um crescimento próximo do objetivo oficial de 5%, apoiado na reorientação das suas exportações para outras economias como a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) ou a Europa.

Nos EUA, o arrefecimento do mercado laboral, num contexto de pressões inflacionistas mais contidas do que o previsto, levou a Reserva Federal a começar a flexibilizar a política monetária, cortando as taxas de juro num total de 75 p.b. ao longo das três últimas reuniões de 2025, até situar o intervalo da taxa dos fundos federais em 3,50%-3,75%, após se ter mantido em pausa durante a maior parte do ano devido ao elevado grau de incerteza. A Fed sugeriu que, dado o sólido crescimento da atividade, não tem pressa em voltar a baixar as taxas de juro no curto prazo, enquanto aguarda por maiores sinais de desinflação. Antecipa-se que a Fed reduza as taxas em 50 p.b. na segunda metade de 2026, embora o recrudescimento das tensões no Médio Oriente e os dados laborais ainda robustos tenham levado os mercados a descontar uma tendência mais restritiva.

Em maio de 2026, termina o mandato de Jerome Powell como presidente da Reserva Federal e o presidente Trump escolheu Kevin Warsh como sucessor, o qual se tem posicionado como um defensor da independência do banco central, favorável a taxas de juro mais baixas, embora se mostre crítico em relação às políticas passadas de expansão quantitativa.

A **economia da Zona Euro** registou um desempenho ligeiramente melhor do que previsto em 2025, apesar de uma volatilidade acentuada no primeiro semestre, resultante da antecipação de compras para mitigar o impacto das tarifas aduaneiras impostas pela administração norte-americana. Em termos globais, o PIB da Zona Euro cresceu 1,5% em 2025, face aos 0,8% de 2024. As três maiores economias da zona, ainda que tenham mostrado um final de 2025 dinâmico, continuaram a mostrar uma debilidade subjacente. Assim, a Alemanha, após dois anos de contração, registou um crescimento modesto de 0,3%. A França (+0,9% vs. 1,1% em 2024) viu-se condicionada por uma crise política que adiou para o início de 2026 a aprovação de um orçamento destinado a reduzir o seu elevado défice orçamental. A Itália, por sua vez, avançou a um ritmo muito modesto (+0,7%), condicionada pela diluição do impacto do programa Superbonus (benefícios fiscais sobre o custo de obras de construção). Para 2026, estima-se que a Zona Euro possa crescer a um ritmo em torno de 1,3%.

A consolidação da inflação em torno do objetivo de 2% permitiu ao BCE manter uma trajetória de flexibilização monetária ao longo de 2025, até fixar as taxas de juro em níveis neutros, com a taxa de facilidade de depósito em 2,00%. Perante a incerteza do contexto global, o BCE reiterou a sua preferência pela prudência, reservando-se a possibilidade de reajustar a sua política monetária apenas perante alterações substanciais no cenário. Prevê-se que o BCE mantenha as taxas de juro inalteradas durante 2026, sustentado por uma inflação dentro do objetivo. O recrudescimento do conflito no Médio Oriente não alterou a visão central dos mercados (que continuam a apostar em taxas estáveis do BCE), mas levou os mercados a descontar um maior risco de subida das taxas de juro.

Evolução em Espanha e Portugal

Espanha

A economia espanhola surpreende com um crescimento robusto.

Em 2025, a **economia espanhola** continuou a surpreender positivamente. O PIB cresceu 2,8 %, superando as previsões iniciais e situando-se muito acima da média da Zona Euro. O crescimento apoiou-se principalmente na procura interna, impulsionada tanto pelo consumo privado como pelo investimento. A solidez do mercado de trabalho desempenhou um papel fundamental: o número de inscritos na Segurança Social atingiu um máximo de 21,84 milhões, com mais de meio milhão de novos empregos, enquanto a taxa de desemprego continuou a descer. O aumento da população, favorecido pelos fluxos migratórios, dinamizou o emprego e o consumo. A isto somou-se o efeito da descida das taxas de juro, que estimulou o mercado imobiliário e o investimento empresarial, apoiado também pela aplicação dos fundos NGEU. Pelo contrário, a procura externa líquida penalizou ligeiramente o crescimento: embora as exportações, especialmente de serviços não turísticos, tenham registado uma progressão, o aumento das importações, em linha com a pujança da procura interna, compensou esse efeito. A trajetória de correção progressiva da inflação foi interrompida na segunda metade do ano, de tal forma que, após registar um mínimo de 2,0 % em maio, encerrou o exercício nos 2,9 %, uma décima acima de dezembro de 2024, influenciada especialmente pela componente energética. Ainda assim, em média anual, a inflação desceu para os 2,7 %, face aos 2,8 % do ano anterior, e a inflação subjacente reduziu-se

para os 2,3 % face aos 2,9 %. O mercado da habitação consolidou em 2025 uma fase claramente expansiva, tanto em atividade como em preços, especialmente durante a primeira metade do ano. Em 2025, as compras e vendas cresceram 11,5 % em termos homólogos, alcançando cerca de 714 200 transações, o nível mais alto desde 2008. No entanto, na segunda metade do ano começou a observar-se uma evolução mais contida das compras e vendas. Do lado da oferta, o dinamismo continua a ser insuficiente para absorver o impulso da procura. As licenças de construção em 2025 ascenderam a 139 000 habitações, valor inferior à formação líquida anual de agregados familiares, estimada em cerca de 226 000. Este desequilíbrio entre oferta e procura continuou a pressionar os preços em alta. O índice de preços de transação do INE acelerou até 12,9 % em termos homólogos no 4.º trimestre de 2025, face aos 8,4 % de 2024. Para 2026, prevê-se que a procura se mantenha estável em níveis elevados, enquanto a oferta continuará a ser insuficiente para absorver a forte procura e reduzir o défice acumulado desde 2021, que supera as 700 000 habitações.

Para 2026, o CaixaBank Research prevê um crescimento robusto, embora um pouco mais moderado, com uma progressão do PIB ligeiramente superior a 2,0 %, condicionado pela debilidade da procura externa, afetada pela subida das tarifas aduaneiras e pela apatia das principais economias europeias. O consumo privado continuará a ser o principal motor, apoiado no dinamismo demográfico e na solidez do mercado de trabalho, enquanto o

investimento continuará a beneficiar dos fundos europeus e de condições financeiras favoráveis. No entanto, o eclodir da guerra no Médio Oriente no primeiro trimestre de 2026 introduz riscos significativos no cenário, sendo que o seu impacto dependerá da duração do conflito e do seu grau de perturbação.

Portugal

Ligeiro abrandamento da economia portuguesa.

A **economia portuguesa** registou uma ligeira desaceleração, com um crescimento do PIB de 1,9%, face aos 2,2% em 2024 e aos 3,1% em 2023. Ainda assim, Portugal cresceu acima da média da Zona Euro e o seu PIB supera em mais de 10 % o nível pré-pandemia, face aos 6,8% na Zona Euro. O crescimento apoiou-se na procura interna, impulsionada pelo consumo privado graças ao aumento do rendimento disponível e a uma robusta criação de emprego. O investimento também acelerou durante o ano. Em contrapartida, a procura externa líquida penalizou o crescimento: as exportações foram afetadas pela incerteza comercial, enquanto as importações recuperaram. Para 2026, prevê-se uma progressão do PIB próxima de 2%, sustentada pelo investimento, pelo dinamismo do consumo e por uma política orçamental de apoio, graças a contas públicas próximas do equilíbrio.

Ambiente empresarial: sector, tecnologia e sustentabilidade

Rentabilidade e solvência do negócio

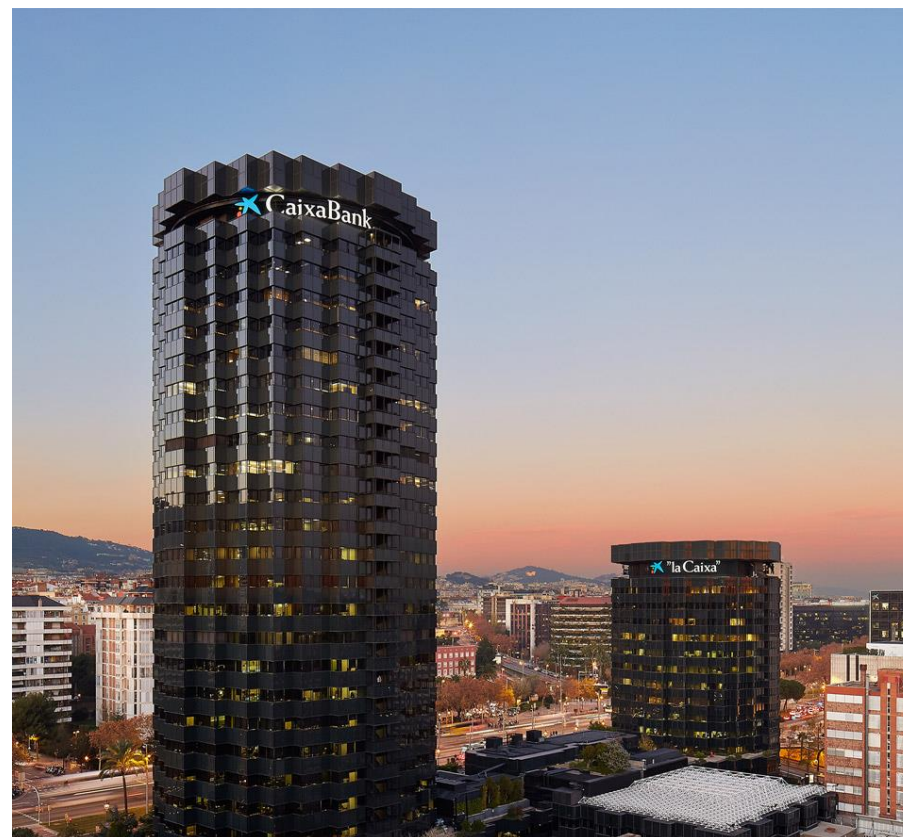
A rentabilidade do sector bancário espanhol mantém-se robusta em 2025, apesar da contração da margem financeira. Como resultado, a rentabilidade dos capitais próprios (ROE, na sigla em inglês) situou-se em 14,2% no terceiro trimestre de 2025¹, 11 p.p. acima da registada um ano antes e superior à média europeia.

A redução das margens unitárias, devido à descida das taxas de juro de referência, foi parcialmente compensada pela recuperação do crédito e pelo aumento dos volumes. Os resultados publicados do terceiro trimestre de 2025 mostravam uma margem financeira agregada já em ligeiro recuo face ao trimestre anterior¹. À medida que a redução das taxas de juro da política monetária se reflita plenamente nas taxas bancárias, espera-se que a margem financeira estabilize.

A carteira de crédito ao sector privado em Espanha registou, até **novembro de 2025, um aumento** de 3,1% face a novembro de 2024, invertendo a tendência de decréscimo dos últimos anos. A redução das taxas de juro de referência registada nos últimos meses e a reativação da procura de crédito contribuíram para travar esta contração.

Ao mesmo tempo, **a qualidade de crédito melhorou em 2025**. A taxa de incumprimento situou-se em 2,84% no mês de outubro de 2025, o que representa um decréscimo acumulado de 57 pontos base em comparação com o ano anterior.

Os **sinais de deterioração precoce da qualidade de crédito** foram relativamente **modestos**. Assim, o crédito sob supervisão especial reduziu-se de forma significativa em junho de 2025, com uma queda de 16,5% face ao ano anterior. O peso dos créditos sob supervisão especial (ou *Stage 2*) situa-se em 5,7%² (menos 1,3 pontos percentuais do que em junho de 2024).



¹ Estatísticas Supervisoras das Instituições de Crédito, Banco de Espanha 3.º trimestre de 2025.

² Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Espanha. Outono de 2025.

Por outro lado, o saldo em dívida dos empréstimos com aval do ICO continuou a descer, com uma queda de 35,8 % em julho de 2025 face ao ano anterior². Entre estes ativos, os créditos duvidosos reduziram 2,3 % e o crédito sob supervisão especial 43,7 %. Apesar desta evolução positiva, o rácio de crédito sob supervisão especial diminuiu apenas 2,9 p.p. e a taxa de incumprimento aumentou 9,5 p.p., atingindo os 20,5 % e os 27,8 %, respetivamente, por se tratar de uma carteira fechada, sem novas concessões e com amortizações em curso.

Os rácios de capital encontram-se em níveis robustos e continuam a manter uma margem confortável em relação aos requisitos regulamentares. Em Espanha, o rácio CET1 situou-se, em setembro de 2025, nos 13,83%¹, o que representa um aumento de 49 pontos base face ao período homólogo, graças ao crescimento do capital que compensou o aumento dos ativos ponderados pelo risco (APR). Os resultados de diversos *stress tests* evidenciam uma ampla capacidade de resiliência agregada perante cenários de materialização de riscos sistémicos¹. Estas análises corroboram que o sector bancário goza de uma situação sólida e que a solvência dos bancos espanhóis demonstra uma menor sensibilidade face à materialização dos diversos cenários de risco.

Importa destacar que **o imposto bancário teve um impacto na conta de resultados do sector bancário espanhol** e, conseqüentemente, na sua capacidade de gerar capital orgânico. De notar que o imposto bancário foi prorrogado por 3 anos com uma estrutura de taxas progressivas que penaliza especialmente os bancos de maior dimensão.

Quanto aos níveis de liquidez do sector financeiro espanhol, estes continuam a manter-se folgadoamente acima do limiar exigido. O rácio de cobertura de liquidez (LCR, na sigla em inglês) do conjunto das instituições espanholas atingiu 174,4% em setembro de 2025² e mantém-se acima da média europeia. Tudo isto coloca o sistema financeiro espanhol numa posição sólida e limita significativamente a possibilidade de perturbações financeiras se traduzirem em tensões de liquidez e financiamento.

Finalmente, as **cotações bolsistas dos bancos espanhóis situam-se claramente acima do valor contabilístico.** Isto contribuiu para a melhoria de diferentes métricas de avaliação e de risco. Importa salientar que, apesar das turbulências bolsistas de abril de 2025, o rácio price-to-book value (PBV) dos bancos espanhóis³ continuou a crescer e mantém-se em níveis acima de 1, superando o rácio médio dos bancos europeus e ultrapassando o seu nível médio de 2024.

¹ Estatísticas Supervisoras das Instituições de Crédito, Banco de Espanha 3.º trimestre de 2025.

² Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Espanha. Outono de 2025

³ Fonte: Bloomberg.



Transformação digital

Nos últimos anos, os hábitos mais digitais da população aceleraram a digitalização do sector bancário.

Para o sector bancário, a **transformação digital** traduz-se num **foco crescente no cliente** e em **maiores exigências para manter elevados níveis de satisfação** (em termos de comodidade, prontidão, personalização ou custo), num contexto de maior concorrência e menor fricção para operar simultaneamente com múltiplas instituições ou mudar de fornecedor. De igual modo, a digitalização também facilitou a entrada de concorrentes não tradicionais (*Fintech* e *Bigtech*), com modelos de negócio que se alavancam nas novas tecnologias e numa base de custos relativamente ligeira, acentuando assim a pressão sobre as margens do sector.

Por agora, **a dimensão deste sector não tradicional em relação ao conjunto do sector financeiro é limitada**, embora o seu crescimento seja elevado e a sua presença se verifique ao longo de toda a cadeia de valor do sector financeiro. Além disso, estes novos *players* estão a alargar a sua oferta para se aproximarem da oferta da banca tradicional.

Por outro lado, **o acesso aos dados e a capacidade de gerar valor a partir dos mesmos tornaram-se uma importante fonte de vantagem competitiva**. O armazenamento e o processamento de dados permitem criar produtos melhor adaptados ao cliente e ao seu perfil de risco. Adicionalmente, observa-se um aumento dos casos de utilização e do desenvolvimento de novas tecnologias (como *cloud*, *blockchain* ou Inteligência Artificial generativa) no sector, embora com diferentes níveis de maturidade. Em qualquer caso, a utilização de novas tecnologias no sector gera a necessidade de adaptar os processos e estratégias empresariais ao novo ambiente.

A **digitalização do sector também traz consigo inúmeras oportunidades** para gerar mais receitas. Em particular, graças à utilização da tecnologia digital, as instituições podem alargar a sua base de clientes e prestar serviços de forma mais eficiente e a custos mais baixos. Neste sentido, a digitalização permite chegar a um maior número de clientes potenciais, sem necessidade de alargar a rede física. A digitalização permite também gerar novas oportunidades de negócio, por exemplo, oferecendo as suas plataformas digitais para que terceiros comercializem os seus produtos, ou através de novos produtos financeiros que se adaptem melhor às necessidades e perfis de cada cliente.

Por outro lado, **os padrões de pagamento estão a mudar**. A tendência de redução do uso de numerário como meio de pagamento em favor dos meios de pagamento eletrónicos acelerou com a Covid-19 e tem vindo a consolidar-se desde então. Além disso, o âmbito dos pagamentos digitais também está a evoluir, de um modelo dominado quase em exclusivo por sistemas de cartões (vinculados a depósitos bancários) para um modelo mais misto, no qual também participam as *Fintech* e *Bigtech* (que oferecem soluções de pagamento alternativas apoiando-se em novas tecnologias, como as carteiras digitais, de uso crescente entre os utilizadores). Em paralelo, emergem novos tipos de moeda e formas de pagamento privadas, como as *stablecoins*.

A **expansão do mercado de criptoativos e *stablecoins* nos últimos anos impulsionou o investimento privado em tecnologias de registo distribuído (*Distributed Ledger Technology* ou *DLT*)**, viabilizando funcionalidades de valor acrescentado nos pagamentos (como é o caso da programabilidade de pagamentos através de *Smart Contracts*). Esta tendência está a ser acelerada pela entrada em vigor do regulamento MiCA na União Europeia e pelo impulso político e a aprovação da lei GENIUS nos EUA, que conferem clareza regulamentar e incentivam os grandes intervenientes a explorar a emissão e utilização de *stablecoins*, favorecendo a sua adoção em larga escala.

Perante estes avanços, os **bancos centrais**, especialmente em economias avançadas, estão a avançar com iniciativas para criar infraestruturas de mercado que operem com moeda de banco central tokenizada, como forma de assegurar que cidadãos e empresas continuem a ter acesso a moeda do banco central na era digital e que a moeda que emitem continue a atuar como âncora monetária (sustentando a estabilidade, integração e eficiência dos sistemas financeiro e de pagamentos).

Do mesmo modo, a **Comissão Europeia apresentou outras propostas legislativas que visam alinhar os serviços de pagamento e o sector financeiro em geral** com a transformação digital da economia europeia, e que apresentam um elevado potencial de rutura. Especificamente, destaca-se a proposta de Regulamento sobre o Quadro de Acesso a Dados Financeiros (FIDAR), atualmente em negociação entre as instituições europeias, que estabelecerá direitos e obrigações para a partilha de dados financeiros de clientes que vão além das contas de pagamento. Destaca-se também a **revisão do quadro europeu de serviços de pagamento** (PSD3 e PSR) que, entre outros pontos, introduzirá mudanças na gestão de permissões de acesso a dados de pagamento e medidas para combater e mitigar fraudes. Em novembro de 2025, o Conselho e o Parlamento Europeu alcançaram um acordo político provisório sobre esta revisão (que ainda deve cumprir os trâmites formais antes da sua entrada em vigor).

O CaixaBank encara o desafio da digitalização com uma estratégia focada na experiência do cliente. Nesse sentido, a transformação digital oferece à Entidade novas oportunidades para conhecer o seu público e entregar uma proposta de maior valor por meio de um modelo de atendimento omnicanal. Em particular, o CaixaBank dispõe de uma plataforma de distribuição que combina uma grande capilaridade física com elevadas capacidades digitais. Prova disso é que o Grupo conta com mais de 12 milhões de clientes digitais em Espanha.

Da mesma forma, para dar resposta à mudança de hábitos dos clientes, a Entidade está a dar especial ênfase a iniciativas que permitam melhorar a interação através de canais não presenciais e à prestação de serviços nativos digitais. Nesse contexto, destaca-se a proposta do neobanco Imagin, um ecossistema digital e plataforma de *lifestyle* focado no segmento mais jovem, no qual se oferecem produtos e serviços, financeiros e não financeiros, próprios e de terceiros. Por outro lado, a transformação digital também está a levar ao aprofundamento do desenvolvimento de capacidades como a análise avançada, a Inteligência Artificial generativa e a *tokenização*. Relativamente a este último ponto, o CaixaBank participa em diferentes iniciativas de dinheiro tokenizado em conjunto com bancos centrais e outras instituições financeiras, e faz parte de um consórcio de bancos europeus para emitir uma *stablecoin* em euros, em conformidade com o regulamento MiCA.



Cibersegurança

*A transformação digital impulsiona a competitividade e a eficiência do setor, mas também expõe os bancos a novos riscos. A maior operacionalidade digital de clientes e colaboradores, a dependência de terceiros e a adoção de novas tecnologias, como a IA, tornam necessário **reforçar a cibersegurança, a prevenção da fraude e a proteção da informação, a par da resiliência operacional.***

O **risco cibernético representa uma ameaça importante para a estabilidade financeira.** Em particular, os incidentes informáticos podem ter impacto em várias atividades financeiras (como os serviços de empréstimo, de pagamento e de liquidação) ao perturbarem as tecnologias de informação e comunicação (TIC) que as suportam. Além disso, os incidentes cibernéticos também podem acarretar um uso indevido dos dados que as referidas tecnologias processam ou armazenam. No sector financeiro, os bancos têm múltiplos pontos de contacto com terceiros, o que aumenta a sua exposição a ciberataques e faz com que possam ser utilizados como ponto de entrada para ataques no sector financeiro.

Além disso, **o panorama de ameaças cibernéticas evolui constantemente e está a tornar-se cada vez mais complexo,** com um maior número de ataques e um aumento da sua sofisticação e impacto potencial, fruto da digitalização da economia, da maior dependência de terceiros, das tensões geopolíticas e do avanço de capacidades ofensivas baseadas em novas tecnologias, como a Inteligência Artificial (IA) ou a informática quântica.

Neste contexto, **o Banco Central Europeu elevou a resiliência operacional e cibernética entre as suas prioridades para o período 2024-26,** reforçando a supervisão e as inspeções às entidades, para assegurar que mantenham um ambiente de controlo adequado e sejam resilientes perante possíveis ataques.

Por sua vez, **a União Europeia (UE) está a responder ao risco cibernético com várias iniciativas,** entre as quais **o Regulamento sobre resiliência operacional digital (DORA),** em vigor desde janeiro de 2023 e que visa reforçar a resiliência operacional das instituições financeiras face aos riscos digitais, criando um quadro que garanta que estas possam prevenir, detetar, responder e recuperar de qualquer tipo de perturbação e ameaça relacionada com as TIC.

O **CaixaBank** está consciente do nível de ameaça existente e **considera a cibersegurança uma prioridade.** Por isso, dispõe de um **Plano Estratégico de Segurança da Informação** que mede continuamente as capacidades de cibersegurança do Grupo e procura manter o Grupo na vanguarda da proteção da informação, de acordo com os melhores padrões do mercado.



*O CaixaBank dispõe de um **Plano Estratégico de Segurança da Informação** que mede de forma contínua as capacidades de cibersegurança do Grupo.*

Sustentabilidade

O objetivo de **descarbonização da economia europeia** tem sido acompanhado por uma regulação cada vez mais exigente na abordagem à sustentabilidade e por uma pressão crescente (por parte de investidores, autoridades e supervisores) para que as empresas ajustem as suas estratégias em conformidade.

Não obstante, algumas destes requisitos regulamentares foram atenuadas em 2025 em prol da competitividade. Especificamente, a Comissão Europeia apresentou o Pacote de Simplificação Ómnibus, com o objetivo de simplificar o quadro normativo da UE em matéria de sustentabilidade, sem comprometer as metas do Pacto Ecológico Europeu. Esta iniciativa propõe modificações fundamentais nos principais regulamentos em matéria de sustentabilidade, como a Diretiva de Relato de Sustentabilidade Corporativa (CSRD), a Taxonomia e a Diretiva relativa ao Dever de Diligência das Empresas (CSDDD), reduzindo ou adiando as obrigações de reporte (em função da dimensão da empresa), a fim de facilitar a sua aplicação e aliviar encargos, especialmente para as pequenas e médias empresas. Contudo, para as instituições financeiras, esta simplificação poderá traduzir-se numa menor disponibilidade de informação ESG de algumas empresas, o que poderá afetar a qualidade da informação e da análise de riscos sustentáveis. Em dezembro de 2025, foi alcançado um acordo político provisório entre o Conselho e o Parlamento Europeu

sobre este pacote. A sua adoção formal é esperada em 2026.

No âmbito da supervisão bancária, o BCE colocou o risco climático e de perda de biodiversidade como prioridade para 2024-26. **Destaca-se também o seu plano de ação para incorporar de forma explícita as alterações climáticas e a transição energética no seu quadro de operações.** O plano, que visa reduzir o risco climático no balanço do BCE, promover uma maior transparência e divulgação dos riscos climáticos por parte das empresas e instituições financeiras, melhorar a gestão do risco climático e apoiar a transição ordenada da economia, tem vindo a consolidar-se com medidas concretas (como a melhoria dos modelos de risco para incorporar cenários climáticos ou a introdução de um fator climático no quadro de garantias a partir de 2026). Além disso, destaca-se a **definição de expectativas supervisoras neste âmbito** e a avaliação das práticas dos bancos relacionadas com a estratégia, a governança e a gestão de riscos climáticos e ambientais.

Por sua vez, **a Autoridade Bancária Europeia (EBA) completou com sucesso iniciativas importantes para incorporar aspetos ESG no quadro regulatório e de supervisão.** Entre as iniciativas, destaca-se a publicação das orientações finais sobre a gestão de riscos ESG, que estabelecem expectativas claras sobre como as entidades devem incorporar fatores ESG na sua governança, gestão de riscos, estratégia e modelo de negócio. Um

elemento-chave é a introdução de um plano de transição prudencial, que exige que as entidades alinhem a sua estratégia com os objetivos climáticos da UE, incluindo a neutralidade de emissões até 2050. Este plano deve ser sustentado por uma análise de cenários climáticos, que contemple tanto riscos físicos como de transição, e deve ser integrado no planeamento financeiro e de capital das entidades.

Por outro lado, **a UE mantém os seus compromissos climáticos a longo prazo. Em 2021, aprovou a Lei Europeia do Clima** (que fixa os objetivos de redução de emissões do bloco para 2030 e de neutralidade de emissões para 2050 como um compromisso jurídico) e começou a implementar medidas e reformas em vários sectores económicos (da habitação à energia e transportes) para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em linha com as metas fixadas e avançar para uma economia descarbonizada. A concretização desta transformação requer mudanças estruturais e sociais importantes, bem como uma mobilização de recursos (públicos e privados) considerável.



4. Estratégia

Plano Estratégico do Grupo CaixaBank 2025-2027



O ano de 2025 marca o início do Plano Estratégico 2025-2027. Um Plano que aposta no crescimento do negócio e na transformação, mantendo sempre o compromisso do CaixaBank com a sociedade.

Durante este novo Plano Estratégico, o CaixaBank propõe-se avançar para dois grandes objetivos para assegurar uma rentabilidade sustentada a longo prazo: por um lado, consolidar a posição de liderança no mercado e, por outro, acelerar a transformação para se preparar para um ambiente cada vez mais digital e competitivo. Tudo isto, com o compromisso de permanecer próximo das pessoas para uma sociedade mais sustentável, com um posicionamento ESG diferenciado.

O Plano Estratégico 2025-2027 assenta em três linhas estratégicas:

01

Aceleração do **crecimento**.

02

Transformação e investimento no negócio.

03

Posicionamento diferencial em **ESG**.



Plano Estratégico da CaixaBank Payments & Consumer

O Plano Estratégico da CaixaBank Payments & Consumer contribui para a consecução e o desenvolvimento das principais linhas estratégicas do Plano Estratégico do Grupo.

O Plano Estratégico da CaixaBank Payments & Consumer encontra-se totalmente alinhado com o Plano Estratégico do Grupo CaixaBank.

Nesse sentido, o Plano Estratégico do Grupo incluiu três iniciativas-chave da CaixaBank Payments & Consumer no seu Plano, destacando que se tratam de negócios de alta disrupção e com um aumento da concorrência por parte de novos intervenientes.

As linhas estratégicas do Plano da CaixaBank Payments & Consumer para 2025-2027 são:

01 Crescimento

Consolidar a posição de liderança

02 Transformação

Acelerar a transformação para nos prepararmos para um ambiente mais digital e competitivo



5. Resultados e Informação Financeira

Principais métricas financeiras do Grupo CaixaBank

A informação de gestão financeira refere-se a dados consolidados do Grupo CaixaBank, cujas principais métricas financeiras são as seguintes:

(Milhões de euros)			
	2025	2024	Variação
RESULTADOS			
Margem de juros	10 671	11 108	(3,9 %)
Receitas de serviços	5266	4995	5,4 %
Margem operacional	9855	9765	0,9 %
Resultado atribuível ao Grupo	5891	5787	1,8 %
PRINCIPAIS RÁCIOS (últimos 12 meses)			
Rácio de eficiência	39,4 %	38,5 %	0,9 %
Custo do risco (últimos 12 meses)	0,22 %	0,27 %	(0,05)
ROE	14,9 %	15,4 %	(0,5)
ROTE	17,5 %	18,1 %	(0,6)
ROA	0,9 %	0,9 %	0,0
RORWA	2,3 %	2,4 %	0,0

(Milhões de euros / %)			
	2025	2024	Variação
BALANÇO			
Total de ativos	664 040	631 003	5,20 %
Capital próprio	38 526	36 865	4,50 %
ATIVIDADE			
Recursos de clientes	731 936	685 365	6,80 %
Crédito a clientes, bruto	384 334	361 214	6,40 %
GESTÃO DO RISCO			
Rácio de atraso de pagamento	2,1 %	2,6 %	(0,5)
Cobertura de atraso de pagamento	77 %	69 %	8
LIQUIDEZ			
Rácio de cobertura de liquidez	202 %	207 %	(4)
Empréstimo para depósitos	87 %	86 %	1
SOLVABILIDADE			
Capital próprio Tier 1 (CET1)	12,6 %	12,2 %	0,4
Tier 1	14,5 %	14,0 %	0,6
Capital total	17,5 %	16,6 %	0,9
MREL	27,7 %	28,1 %	(0,3)
Ativos ponderados por risco (APR)	244 455	237 969	6486
Rácio de alavancagem	5,7 %	5,7 %	0,1

Na seguinte secção “Resultados”, apresenta-se a evolução dos negócios da CaixaBank Payments & Consumer, exceto quando indicado em contrário.

Resultados da CaixaBank Payments & Consumer

Apresenta-se, de seguida a demonstração de resultados do CaixaBank Payments & Consumer para o exercício de 2025, bem como a comparação com o exercício anterior:

milhares de euros	2025	2024
Margem de juros	554 758	524 970
Receitas por dividendos	77 605	35 421
Comissões líquidas	345 290	344 319
Ganhos/perdas em ativos e passivos financeiros e outros	(760)	(117)
Outras receitas e despesas de exploração	(24 961)	(73 038)
Margem bruta	951 933	831 555
Despesas administrativas e amortizações recorrentes	(341 472)	(303 212)
Margem operacional	610 461	528 343
Perdas por imparidade de ativos financeiros	(385 019)	(146 372)
Outras dotações para provisões	(87 925)	(74 990)
Ganhos/perdas no desconhecimento de ativos e outros	(20)	82 640
Resultado antes de impostos	137 497	389 621
Imposto sobre sociedades	(18 881)	(99 795)
Resultado após impostos	118 616	289 826

O **resultado depois de impostos** ascendeu a **119 milhões de euros**, face aos 290 milhões de euros no ano anterior **(-59,1%)**.

No exercício de 2025, o consumo em Espanha continua a crescer, com um maior peso do comércio eletrónico. Na CaixaBank Payments & Consumer, a atividade do negócio de financiamento ao consumo e meios de pagamento reflete esta tendência, em linha com o sector.

O **volume de faturação dos cartões** foi de 124 608 milhões de euros, mantendo o seu crescimento, com uma variação de +8 % face a 2024.

Os **novos financiamentos concedidos** e as **ventas financiadas com cartões** cresceram **+2 %** em termos homólogos para 6428 milhões de euros.

A **carteira de crédito** a clientes, sem considerar as correções de valor nem os ajustamentos de avaliação, aumentou +1% face a 2024, atingindo o montante de 10 152 milhões de euros, com um menor peso da carteira de taxa indexada.

A **margem de juros** ascendeu a **555 milhões de euros (+5,7 %)** face ao exercício anterior. O aumento da margem financeira deve-se, principalmente, ao efeito

combinado de um crescimento dos proveitos, fruto da expansão da carteira, a par de uma diminuição dos custos de financiamento, como consequência da descida das taxas de juro de mercado.

Os proveitos de dividendos aumentaram (+119,1 %) face ao exercício anterior, principalmente devido ao dividendo da CaixaBank Equipment Finance e ao aumento dos dividendos da Facilitea e da Comercia Global Payments.

As comissões líquidas mantiveram-se estáveis e ascendem a **345 milhões de euros (+0,2 %)** face ao exercício anterior. Apesar de um aumento das taxas de intercâmbio devido à atividade, verificam-se menores proveitos nas restantes comissões líquidas de cartões.

Na rubrica **“Outras receitas e despesas operacionais”** observa-se uma **queda (menores custos)** de 48 milhões de euros, uma vez que em 2024 se incluía o custo associado ao Gravame Bancário. Em contrapartida, em 2025, o custo associado ao Imposto sobre a Margem de Juros e Comissões (IMIC) é registado noutra rubrica, juntamente com o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

O aumento da margem de juros e dos dividendos, a par das menores “outras despesas de exploração” devido à alteração da classificação do IMIC, explicam o **aumento de 14,5 % na Margem Bruta da Sociedade face a 2024**.

As despesas de administração e amortizações ascenderam a **341 milhões de euros** face aos 303 milhões de euros do exercício anterior **(+12,6 %)**, investindo na melhoria dos Sistemas, na inovação e digitalização, e na melhoria do atendimento ao cliente.

As perdas por imparidade de ativos financeiros aumentam 163,0 %, em consequência da criação de um fundo de 148 milhões de euros para cobrir obrigações presentes que possam derivar de procedimentos judiciais relacionados com cartões *revolving* e/ou produtos com pagamentos diferidos, bem como, em menor medida, de determinados empréstimos pessoais sujeitos a revisão judicial por possível usura e falta de transparência, com um horizonte temporal mais alargado.

As outras dotações para provisões aumentaram 17,2 % face a 2024 devido a vários fatores, entre os quais se destacam as provisões para compromissos contingentes (em 2024 houve uma reversão de 9 milhões e em 2025 uma dotação de 11 milhões) e um aumento das provisões para questões processuais e litígios por contingências legais (69 milhões em 2025 face a 38 milhões em 2024).

Os ganhos/perdas com o desconhecimento de ativos e outros refletem principalmente os resultados de operações empresariais pontuais e os resultados por vendas e amortizações/depreciações de ativos. Em 2024, o impacto mais significativo foi a mais-valia obtida com a venda da participação na Global Payments Caixa Acquisition Corp, ao passo que em 2025 não se verificaram operações com impactos significativos.

Liquidez

A Entidade gere o risco de liquidez com o objetivo de manter níveis de liquidez que lhe permitam cumprir confortavelmente os seus compromissos de pagamento e não prejudiquem a sua atividade de investimento por falta de fundos emprestáveis, mantendo-se sempre dentro do quadro de apetência pelo risco.

A nota 3.4.4. “Risco de liquidez e de financiamento” da memória apenas às presentes contas anuais individuais descreve os princípios estratégicos, a estratégia de risco e a apetência da Entidade pelo risco de liquidez e de financiamento.

Os principais valores do Grupo CaixaBank em relação à liquidez e estrutura de financiamento são os seguintes:

(Milhões de euros)	Grupo CaixaBank	
	31-12-2025	31-12-2024
Ativos líquidos totais	171 830	171 367
<i>do qual: HQLA</i>	<i>110 374</i>	<i>111 109</i>
<i>dos quais: saldo disponível ao abrigo de políticas não-HQLA</i>	<i>61 456</i>	<i>60 259</i>
Financiamento institucional	51 016	57 246

Existem requisitos regulamentares de liquidez, que no caso do perímetro de reporte e cumprimento regulamentar do “Subgrupo Único de Liquidez” (Subgrupo CaixaBank), são os seguintes:

O Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) em 31 de dezembro de 2025 é de 202%, evidenciando uma posição de liquidez folgada (200 % LCR médio dos últimos 12 meses), acima do requisito mínimo regulamentar de 100%.

O Rácio de Financiamento Estável (NSFR) é de 146% em 31 de dezembro de 2025, acima do requisito mínimo regulamentar de 100%.



6. Informação não financeira

Em matéria de informação não financeira, o Grupo CaixaBank reportou o seu Relatório de Informação Não Financeira (EINF) com base nas Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (doravante, NEIS ou ESRS, sigla em inglês), dando assim resposta aos requisitos informativos previstos na Diretiva de Relato de Sustentabilidade Corporativa (CSRD em inglês), de forma voluntária, e aos requisitos vigentes da Lei 11/2018.

O CaixaBank Payments & Consumer, ao abrigo da dispensa e isenção previstas na Lei 11/2018, incorpora toda a sua informação não financeira no EINF do Grupo, o qual é incluído no Relatório de Gestão consolidado do Grupo CaixaBank correspondente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2025, e que será depositado na Conservatória do Registo Comercial de Valência.



Glossário – Informação financeira

Para além da informação financeira, elaborada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), este documento inclui determinadas Medidas Alternativas de Desempenho (MAR), tal como definidas nas Diretrizes sobre Medidas Alternativas do Rendimento publicadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados a 30 de junho de 2015 (ESMA/2015/1057 - "as Diretrizes da ESMA"). O CaixaBank utiliza determinados MAR, que não foram auditadas, com o objetivo de contribuir para uma melhor compreensão do desempenho financeiro do Grupo. Estas medidas devem ser consideradas como informação adicional e em caso algum substituem a informação financeira elaborada de acordo com as NIIF. Além disso, a forma como o Grupo define e calcula estas medidas pode diferir de outras medidas semelhantes calculadas por outras empresas e, por conseguinte, podem não ser comparáveis.

As Diretrizes da ESMA definem as MAR como uma medida financeira do rendimento financeiro passado ou futuro, da posição financeira ou dos fluxos de caixa, que não seja uma medida financeira definida ou pormenorizada no âmbito da informação financeira aplicável.

Seguindo as recomendações das diretrizes acima mencionadas, os detalhes das MAR utilizadas, bem como a reconciliação de certos indicadores de gestão com os apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas em NIFF, são apresentados a seguir. Os valores são apresentados em milhões de euros, salvo indicação em contrário.

Rentabilidade e eficiência

ROE: é o quociente entre o resultado atribuível do Grupo (ajustado pelo montante do cupão do Additional Tier 1 registado nos fundos próprios) e os fundos próprios acrescidos dos ajustamentos de avaliação médios dos últimos doze meses (calculados como a média dos saldos médios mensais). Permite monitorizar a rentabilidade obtida sobre os fundos próprios.

ROTE: é o quociente entre; (i) o lucro atribuível ao Grupo (ajustado pelo montante do cupão do Additional Tier 1 registado nos fundos próprios) e; (ii) os fundos próprios acrescidos dos ajustamentos de avaliação médios dos últimos doze meses (calculados como a média dos saldos médios mensais) deduzidos dos ativos intangíveis com critérios de gestão (obtidos a partir da rubrica "Ativos intangíveis" do balanço público acrescidos dos ativos intangíveis e goodwill associados às empresas participadas, líquidos da respetiva provisão para imparidade, registados na rubrica "Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas" do balanço público). Indicador utilizado para medir a rentabilidade sobre o património tangível.

ROA: é o quociente entre o resultado líquido (ajustado pelo montante do cupão do Additional Tier 1 registado nos fundos próprios) e os ativos totais médios dos últimos doze meses (calculados como a média dos saldos diários do período em análise). Indica a rentabilidade obtida em relação aos ativos.

RORWA: é o quociente entre o resultado líquido (ajustado pelo montante do cupão do Additional Tier 1 registado nos fundos próprios) e os ativos totais médios ponderados por risco dos últimos doze meses (calculados como a média dos saldos diários trimestrais). Indica a rentabilidade obtida ponderando os ativos pelo seu risco.

Rácio de eficiência: é o quociente entre as despesas operacionais (despesas administrativas e amortizações) e a margem bruta (ou rendimento de base para o rácio de eficiência de base) dos últimos doze meses. Este é o rácio habitual no sector bancário para relacionar os custos com as receitas geradas.

Gestão do risco

Custo do risco (CoR): é o quociente entre o total de dotações para insolvências (doze meses) e o saldo médio bruto de crédito a clientes e riscos contingentes, com critérios de gestão (calculado como a média dos saldos de fecho de cada um dos meses do período). Métrica utilizada para monitorizar o custo das provisões para insolvências sobre a carteira de crédito.

Rácio de morosidade: é o quociente entre (i) os devedores duvidosos dos créditos a clientes e os riscos contingentes, com critérios de gestão, e; (ii) os créditos a clientes e os riscos contingentes brutos, com critérios de gestão. Métrica utilizada para monitorizar e acompanhar a evolução da qualidade da carteira de créditos.

Rácio de cobertura: é o quociente entre (i) o total dos fundos por imparidade no crédito a clientes e os riscos contingentes, com critérios de gestão, e (ii) os devedores duvidosos do crédito a clientes e os riscos contingentes, com critérios de gestão. Métrica utilizada para monitorizar a cobertura por provisões para crédito de cobrança duvidosa.